

1
2 **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
3 **COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR-CGASS**
4 **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
5
6

7 Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às nove horas e quarenta minutos,
8 no Salão Nobre, situado no nono andar do Bloco K, Esplanada dos Ministérios, Brasília-
9 DF, deu-se início aos trabalhos da décima sexta Reunião Ordinária do Comitê Gestor de
10 Atenção à Saúde do Servidor, encontrando-se presentes: Sérgio Antonio Martins Carneiro,
11 coordenador do CGASS e Titular, representante do Ministério do Planejamento,
12 Orçamento e Gestão; Ivanildo Tajra Franzosi – Titular, representante da Casa Civil; Maria
13 Letícia Oliveira Azeredo – Titular, representante do Ministério da Educação; Fátima
14 Rodrigues Guimarães - Titular e Fabiano Garcia Vanderlinde - Suplente, representantes do
15 Ministério da Justiça; Danilo Piva – Suplente, representante do Ministério do Trabalho e
16 Emprego Clara Regina Huguenin – Titular, representante do Ministério da Previdência
17 Social. Presentes ainda à reunião os (as) senhores (as) Armando Pasquali (MS), Marco
18 Antonio Gomes Perez (DESAP/SRH), Renata Holanda (DESAP/SRH), Otávio Corrêa Paes
19 (DENOP/SRH), Danilo Ambrósio de Assis (DENOP/SRH). **1. Discussão e aprovação da**
20 **ata da 15ª Reunião Ordinária e assinatura da ata da 14ª reunião já aprovada:** O
21 Coordenador do Comitê inicia a reunião, solicitando a leitura da ata da reunião anterior, o
22 que foi feito por Marco Perez, Renata Holanda e Fátima Guimarães. Sugeridas as
23 correções pelos membros presentes, deu-se como aprovada a Ata da 15ª RO para
24 assinatura na reunião seguinte. **2. Informes da Coordenação:** O Coordenador informa
25 que foram inauguradas as unidades do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro e do
26 Ministério da Fazenda e da Universidade Federal de Mato Grosso em Cuiabá, salientando
27 que o MTE e o DPF não estiveram presentes na assinatura dos Acordos. Informa que será
28 inaugurada no dia quatorze de dezembro a Unidade do Ministério da Fazenda em Belém
29 do Pará. Informa, ainda, que até o final do mês de dezembro do corrente ano estará
30 inaugurando as Unidades do SIASS do MAPA, MPS e UNB. Letícia informa que a
31 coordenação médica do MEC tem se esforçado para consolidar o SIASS e que os
32 servidores de sua coordenação já trabalham neste sentido, pois o sistema já está
33 implantado. Quer buscar uma estratégia para sensibilizar os superiores para implantação
34 total da Unidade SIASS. Sérgio diz que o sistema informatizado implantado é o caminho
35 para a implantação. Fátima informa que o MJ já impulsionou a entrega das guias dos
36 exames periódicos aos servidores do Núcleo Central do MJ, DPF, DPRF, DEPEND, DPU,
37 CADE, SEDH e SEPPIR, serão entregues mais de 22 mil guias. A princípio, os servidores
38 têm mostrado bastante interesse na retirada das guias dos exames. Informa, ainda, que
39 essa ação foi possível graças a habitual parceria do Ministério da Justiça com a Fundação
40 GEAP/FSS. Espera, com base nos resultados dos exames periódicos e,
41 conseqüentemente na consolidação do perfil epidemiológico dos servidores do MJ, que a
42 futura Unidade SIASS MJ possa traçar políticas de atenção à saúde do servidor
43 devidamente respalda em dados de saúde obtidos por meio dos exames médicos
44 periódicos. Armando informa do sucesso da inauguração do SIASS/MS/SP e que a
45 Unidade atenderá um grande número de servidores. Informa que os grupos de trabalho de
46 Minas e Goiás estão ansiosos para inaugurar este ano, mas não encontraram vaga na
47 agenda do DESAP. Danilo informa que o Ministério do Trabalho e Emprego está com
48 problemas junto a Universidade Federal de São Paulo e pergunta sobre a possibilidade de
49 assinar acordo com a Unidade do Ministério da Saúde em São Paulo. Sérgio informa que é

1 possível o acordo com o Ministério da Saúde. **3. Auxílio Transporte:** Passou-se a
2 discussão da proposta do DENOP. Sérgio informa que há várias solicitações para
3 participação na discussão do assunto. Otávio informa que as questões suscitadas
4 extrapolam a legislação (Medida Provisória nº 2165/2001) e que não se pode fugir do texto
5 legal, pois estamos diante de um problema que não dá para avançar em função da
6 limitação da legislação. Danilo informa que se tentou avançar e não foi possível diante da
7 legislação existente até chegar à atual proposta. Sérgio sugere que se abra um processo
8 de discussão para modificar futuramente a legislação e, por enquanto, que de imediato se
9 busque fazer o que é possível com uma Orientação Normativa. Salienta que se todos têm
10 interesse em mudar, vamos caminhar para as mudanças, propondo que de início se
11 pontue o que está atrapalhando e em seguida se avance na Orientação Normativa. Renata
12 informa que pelo que entendeu da proposta da ON apresentada pelo DENOP, o que está
13 se buscando é uma harmonização com o que a Consultoria Jurídica do MP determinou em
14 Parecer de 2005. Informa que o servidor recebe o auxílio-transporte em pecúnia, para
15 custeio parcial da despesa com o transporte da sua residência para o trabalho, e vice-
16 versa, contribuindo com o valor de 6%, e que a questão principal tratada na ON refere-se à
17 proibição de se pagar o auxílio-transporte ao servidor que utiliza meio de transporte
18 seletivo ou especial, antes permitido pela ON SRH nº 3, de 2005, que teve como base um
19 Parecer da CONJUR/MP que permitia esse pagamento. Ocorre, que a MP nº 2165, de
20 2001, não permite, e numa nova apreciação a CONJUR/MP voltou a vedar o pagamento
21 do auxílio para quem utiliza transporte seletivo ou especial, ainda que esse seja o único
22 meio de transporte de que o servidor disponha. Dessa forma, observa que o que a minuta
23 de ON apresentada pelo DENOP objetiva é corrigir um entendimento desatualizado frente
24 ao posicionamento mais atual da CONJUR/MP. Além desse aspecto, diz que a ON
25 também deixa claro que em caso de servidor com mais de uma residência, apenas uma, a
26 residência habitual, servirá de base para o pagamento do auxílio. Fátima diz que a
27 Orientação Normativa não extrapola a Medida Provisória e que a ênfase pareceu ser no
28 uso do transporte coletivo (ônibus, trem, barco, metrô e outros) de modo a valorizar um
29 tipo de transporte que tem um impacto positivo com relação ao meio ambiente e a
30 sustentabilidade, devendo ser priorizado. Otávio diz que superada a questão do transporte
31 coletivo, o que estão colocados são os questionamentos que extrapolam a legislação
32 pertinente, explicando que ônibus especiais são os que trafegam em rodovias, estradas e
33 outros. Renata pergunta quais os pleitos que extrapolam a legislação. Otávio informa que
34 o auxílio não custeia tudo, ele é parcial. Sérgio pergunta a Otávio quais os pleitos que os
35 Órgãos fazem que extrapolam a legislação para que se possa buscar uma resposta.
36 Danilo pergunta como é feita a fiscalização, pois um dia o servidor vem de ônibus e no
37 outro de carro. Sérgio diz que estão abrindo outra discussão. Otávio informa que a
38 auditoria tem detectado muitos gastos em desacordo com a norma. Renata afirma que o
39 pagamento de auxílio transporte em transporte seletivo até hoje está sendo feito porque a
40 ON SRH nº 3, de 2005, está em vigor, e ela permite que o pagamento seja feito dessa
41 forma, pois nem todos conhecem o Parecer CONJUR/MP mais novo, que veda o
42 pagamento, por isso a razão de se editar uma ON dando publicidade ao entendimento
43 deste Ministério do Planejamento sobre o assunto. Sérgio solicita que se discutam dois
44 momentos: um no qual a Orientação Normativa não contrarie o parecer da CONJUR/MP e
45 outro relativo à proposta de uma nova legislação. Indaga se alguém tem alguma idéia a
46 propor, elogiando a proposta de Fátima. Danilo solicita que não se deixe de contemplar as
47 pessoas com deficiência física no parágrafo único do artigo primeiro. Otávio informa que a
48 restrição para as pessoas com deficiência deve ser de ordem de legal, não por ON.
49 Renata informa que existe orientação de que se pague o meio menos custoso. Sérgio

1 resumiu em três aspectos as questões sobre a ON. A primeira, de que o uso do transporte
2 coletivo deve ser também fundamentado na preocupação ambiental. A segunda, a
3 questão colocada por Danilo Piva, sobre o pagamento para a pessoa com deficiência, já
4 que ele é isento do pagamento de passagens. Danilo Assis e Renata dizem não ser
5 necessário porque o servidor isento de pagamento de passagem em transporte coletivo já
6 está fora da possibilidade de receber porque ele tem que declarar que usa o transporte e
7 paga por ele. Renata salienta que tem servidor com deficiência e idoso que fazem questão
8 de pagar a sua passagem de ônibus, por isso não pode haver a proibição na ON para
9 pagamento a quem é servidor nessas condições (com deficiência ou maior de 60 anos). O
10 terceiro ponto é a sugestão de um recadastramento periódico apresentada por Danilo Piva,
11 como um aconselhamento constando da ON, para maior controle dos gastos com o
12 auxílio-transporte. Danilo questiona se há um limite de valor para pagamento. Renata
13 informa que no âmbito do SIPEC não há limite de valor nem de quilometragem para o
14 pagamento, como ocorre para os militares, mas que deve ser observada a determinação
15 da MP. Sérgio sugere que a CONJUR e a Auditoria/SRH sejam chamadas à discussão,
16 pois eles conhecem a realidade dos pagamentos efetuados, assim como também sugere
17 se levante as normas aplicadas aos militares. Diz que se poderia publicar a ON, sugerindo
18 que se tire à expressão “fazer prevalecer” quando se refere à observância do menor gasto
19 público no pagamento do auxílio-transporte. Foi sugerida uma redação de modo que fique
20 consignado que o gestor deve sempre pagar o menor valor para o transporte. Foi sugerido
21 levantar a questão da mudança da Lei para ser discutida na próxima reunião. **3. Câmara**
22 **Técnica:** Marco passa a informar sobre a criação de uma câmara técnica. Diz que a
23 demanda por padrões técnicos esta levando a necessidade da criação dessas câmaras
24 principalmente junto aos conselhos de medicina, engenharia, assistente social, psicologia.
25 Diz que a idéia é criar uma câmara técnica envolvendo os conselhos e os órgãos de
26 classe, ligados ao CGASS, para que quando houver demandas no Comitê se passe a
27 essas câmaras para dar parecer dando legitimidade às ações do CGASS junto aos
28 conselhos. Fabiano sugere que as câmaras sejam compostas por profissionais dos
29 conselhos e do SIASS. Sérgio sugere tirar uma comissão para redigir uma proposta de
30 resolução do regimento interno, passando a uma retrospectiva das atividades do CGASS
31 no ano de dois mil e dez. Salienta os temas tratados no ano relativo à NOSS, pré-escolar,
32 perícia, portaria conjunta SRH/SOF, encontros e consolidação das Unidades do SIASS em
33 nível nacional, enfatizando a produção significativa e os avanços na Política de Atenção à
34 Saúde do Servidor. Parabeniza a todos pela participação, dizendo que mesmo neste
35 momento de troca de governo, espera que, independente de governo, o SIASS continue
36 como um projeto de Estado, já que os servidores estão se apropriando do SIASS. Clara
37 fala da satisfação de fazer parte do CGASS e se diz orgulhosa do Governo Federal por
38 essa iniciativa que antes era feita isoladamente por alguns órgãos parabenizando o
39 CGASS, o MP e o DESAP pelo trabalho realizado na valorização dos servidores públicos
40 federais. Fátima parabeniza Sérgio e a equipe do DESAP/SRH/MP pelo trabalho realizado
41 durante todo o ano, dizendo-se feliz pela participação do MJ no CGASS, afirmando que o
42 SIASS é, sem sombra de dúvida, uma política de Estado respaldada pela grande maioria
43 dos servidores públicos e suas respectivas entidades de classe. Armando cumprimenta
44 Sérgio como líder e mentor do processo, elogiando a equipe e o trabalho desempenhado
45 em nível nacional. Sérgio deseja um feliz natal e um próspero ano novo a todos. Foi
46 definida a data do dia onze de fevereiro para a próxima reunião. Por fim, a palavra foi
47 concedida àqueles que dela quisessem fazer uso e, não existindo manifestações, o
48 Coordenador encerrou a reunião, que foi lavrada na presente ata, lido este instrumento

